



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 506

Objeto	Aquisição de material destinado à manutenção de veículos, através de Registro de preço, com validade de 12 (doze) meses.
--------	--

Modalidade	Sistema de Registro de Preços com vigência de 1 ano, prorrogável na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
------------	---

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Item	Especificação	CATMAT/CATSER (Cód.SIASG)	Unidade de medida	Quantidade
1	PNEU PARA TOYOTA HILUX Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 265/60 R18, tubeless, classificação igual ou superior a: 110 h, M+S, treadwear 360, traction B, temperature a (informações estampadas no pneu). Marca: Bridgestone Dueler H/T 684 II ou similar	456239	UNIDADE	04
2	PNEU PARA TOYOTA COROLLA E NISSAN SENTRA MODELO 2016 Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 215/50 R17, tubeless, classificação igual ou superior a: 95 W, treadwear 340, traction A, temperature A (informações estampadas no pneu). Marca: Continental Extremecontact ou similar.	213391	UNIDADE	60
3	PNEU PARA VW SPACEFOX Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 195/55 R15, tubeless, classificação igual ou superior a: 85 H, treadwear 300, traction AA, temperature A (informações estampadas no pneu). Marca: Goodyear Eagle Sport ou similar.	308647	UNIDADE	10
4	PNEU PARA NISSAN LIVINA Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 185/65 R15, tubeless, classificação igual ou superior a: 88 H, treadwear 320, traction A, temperature A (informações estampadas no pneu). Marca: Bridgestone Turanza ER 300 ou similar.	275585	UNIDADE	05

5	PNEU PARA RENAULT FLUENCE Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 205/60 R16, tubeless, classificação igual ou superior a: 92 H, treadwear 380, traction A, temperature B (informações estampadas no pneu). Marca: Continental ExtremeContact Sport ou similar.	427548	UNIDADE	08
6	PNEU PARA FIAT DUCATO MINIBUS Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 205/70 R15C, tubeless, classificação igual ou superior a: 106/104 R, load range D (informações estampadas no pneu). Marca Pirelli Chrono ou similar	248851	UNIDADE	05
7	PNEU PARA PEUGEOT EXPERT CARGO Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 215/65 R16C, tubeless, classificação igual ou superior a: 109/107 T, load range D (informações estampadas no pneu). Marca Pirelli Chrono ou similar	456238	UNIDADE	05
8	PNEU PARA HYUNDAI SANTA FÉ Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 235/60 R18, tubeless, classificação igual ou superior a: 103 H, treadwear 500, traction A, temperature A (informações estampadas no pneu). Marca Pirelli Scorpion XI ou similar.	213391	UNIDADE	05
9	PNEU PARA RENAULT MASTER PASSAGEIRO Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 225/65 R16C, tubeless, classificação igual ou superior a: 112/110 R, load range D (informações estampadas no pneu). Marca Goodyear G32 Cargo ou similar.	468478	UNIDADE	05
10	PNEU PARA DOBLÔ Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 175/70 R14, tubeless, classificação igual ou superior a: 88T, extra load (informações estampadas no pneu). Marca Pirelli Chrono ou similar.	250312	UNIDADE	05
11	PNEU PARA JEEP COMPASS Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 235/45R19, tubeless, auto selante (Seal Inside), classificação igual ou superior a 95V, treadwear 400, traction A, temperatura A (informações estampadas no pneu). Marca Pirelli Scorpion Seal Inside ou similar.	652750	UNIDADE	06
12	ÓLEO DE MOTOR PARA VW SPACEFOX, NISSAN LIVINA E RENAULT FLUENCE Óleo lubrificante semissintético, multiviscoso de 1ª linha para motores a gasolina ou flex, grau SAE 10W40, classificação API SP ou superior (informação estampada no rótulo), em recipiente de 1 litro. Marca HELIX HX7 ou similar.	623250	LITRO	200

13	ÓLEO DE MOTOR PARA FIAT DUCATO MINIBUS 2.3 MULTIJET, RENAULT MASTER PASSAGEIRO E TOYOTA HILUX 2.8 Óleo lubrificante sintético multiviscoso de 1ª linha para motores diesel de alta potência, grau SAE 5W30, classificação ACEA C2 (informação estampada no rótulo), em recipiente de 1 litro. Marca Castrol Magnatec ou similar.	461563	LITRO	35
14	ÓLEO DE MOTOR PARA RENAULT MASTER CARGO Óleo lubrificante mineral multiviscoso de 1ª linha para motores diesel de alta potência, grau SAE 15W40, classificação API CI-4 ou superior (informação estampada no rótulo), em recipiente de 1 litro. Marca Castrol CRB Turbomax ou similar.	471969	LITRO	20
15	ÓLEO DE MOTOR PARA FIAT DOBLÔ, TOYOTA COROLLA, NISSAN SENTRA. Óleo lubrificante sintético multiviscoso de 1ª linha para motores a gasolina ou flex de alta potência, grau SAE 5W30, classificação API SP ou superior (informação estampada no rótulo), em recipiente de 1 litro. Marca Havoline Pro DS ou similar.	615766	LITRO	100
16	ÓLEO DE MOTOR PARA MITSUBISHI OUTLANDER Óleo lubrificante semissintético multiviscoso de 1ª linha para motores a gasolina ou flex de alta potência, grau SAE 10W30, classificação API SP ou superior (informação estampada no rótulo), em recipiente de 1 litro. Marca Petronas Syntium 800 SE ou similar.	623257	LITRO	25
17	ÓLEO DE MOTOR PARA PEUGEOT EXPERT DIESEL Óleo lubrificante sintético multiviscoso de 1ª linha para motores a diesel de alta potência, grau SAE 0W30, ACEA C1 ou superior (informação estampada no rótulo), em recipiente de 1 litro. Marca QUARTZ Ineo First ou similar.	461565	LITRO	10
18	BATERIA PARA TOYOTA HILUX Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 65Ah, CCA 582Ah ou superior, selada, borne direito positivo. Visor indicador de carga acoplado. No mínimo 24 meses de garantia de fábrica. Medidas aproximadas: 28 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 19 cm de altura. Tipo caixa alta. Marca Toyota 375LN3-MF ou similar	240109	UNIDADE	02

19	BATERIA PARA RENAULT FLUENCE E CITROEN C4 LOUNGE Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 75Ah, selada, borne direito positivo. Visor indicador de carga acoplado, no tamanho original de fábrica. Medidas aproximadas: 28 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 19 cm de altura. No mínimo 18 meses de garantia de fábrica. Marca Heliar ou similar.	314235	UNIDADE	10
20	BATERIA PARA MITSUBISHI OUTLANDER Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 60Ah, selada, borne direito positivo. Visor indicador de carga acoplado. No mínimo 24 meses de garantia de fábrica. Medidas aproximadas: 23 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 20 cm de altura. Tipo caixa alta. Marca Heliar ou similar.	238296	UNIDADE	02
21	BATERIA PARA FIAT DUCATO MINIBUS, DUCATO CARGO, RENAULT MASTER CARGO E RENAULT MASTER PASSAGEIRO Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 95Ah, selada, borne direito positivo. Visor indicador de carga acoplado. No mínimo 12 meses de garantia de fábrica. Medidas aproximadas: 35 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 19 cm de altura. Marca Heliar ou similar.	274006	UNIDADE	05
22	BATERIA EFB PARA PEUGEOT EXPERT Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 70Ah, tipo start stop, selada, borne direito positivo, tecnologia EFB (para veículos com Start/Stop), Visor indicador de carga acoplado. No mínimo 18 meses de garantia de fábrica. Medidas aproximadas: 26 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 17 cm de altura (até o borne). Tipo caixa alta. Marca Moura ou similar	652986	UNIDADE	02
23	BATERIA EFB PARA JEEP COMPASS Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 72Ah, tipo start stop, selada, borne direito positivo, Tecnologia EFB (para veículos com Start/Stop), Visor indicador de carga acoplado. No mínimo 18 meses de garantia de fábrica. Medidas aproximadas: 27 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 19 cm de altura (até o borne). Tipo caixa alta. Marca Moura ou similar	621830	UNIDADE	02
24	FLUÍDO DE FREIO Fluído sintético de alta performance para sistema de freio automotivo, tipo DOT-4, grau SAE J1703, especificação ISO 4925, ponto de ebulição superior a 230°C (informações estampadas no rótulo), em recipiente de 0,5 litro. Marca Bosch ou similar.	263657	UNIDADE	40

25	ADITIVO PARA RADIADOR Aditivo pronto para uso de primeira linha para sistema de arrefecimento automotivo, a base de monoetileno glicol, classificação SAE J1034/91 e NBR 13705. Características anticorrosiva e antiespumante, na cor verde, em recipiente de 1 litro. Marcas Paraflu, Lubrax ou similar.	442500	LITRO	60
26	ADITIVO PARA RADIADOR ORGÂNICO PARA VW SPACEFOX E TOYOTA COROLLA Aditivo pronto para uso de primeira linha para sistema de arrefecimento automotivo a base de mono etilenoglicol e glicerina. Deve atender à norma NBR 15297. Coloração lilás, classificação G12. Características anticorrosiva, anticongelante e antiespumante, na cor vermelha, em recipiente de 1 litro. Marcas Paraflu, Radiex ou similar.	442500	LITRO	60
27	VÁLVULA LONGA PARA PNEU SEM CAMARA AUTOMOTIVO Corpo em bronze ou latão com revestimento emborrachado preto, com válvula e tampa, tamanho TR414. Marcas: Jedal, Bremen, Schrader ou similar	610118	UNIDADE	200
28	PNEU PARA MITSUBISHI OUTLANDER Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 225/55 R18, tubeless, classificação igual ou superior a 98 V, treadwear 400, traction A, temperature A. Informações estampadas no pneu. Marca Pirelli Scorpion ou similar	213391	UNIDADE	17
29	PNEU PARA HYUNDAI AZERA Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 245/45 R18, tubeless, classificação igual ou superior a 100 W, treadwear 340, traction A, temperature A. Informações estampadas no pneu. Marca Michelin Primacy 4 ou similar	213391	UNIDADE	06
30	PNEU PARA CITROËN C4 LOUNGE Pneu radial novo de 1ª linha, medindo 225/45 R17, tubeless, classificação igual ou superior a 91 W, treadwear 340, traction A, temperature A. Informações estampadas no pneu. Marca Continental ExtremeContact Sport ou similar	213391	UNIDADE	25
31	BATERIA PARA HYUNDAI SANTA FÉ Bateria automotiva de 1ª linha com 12V e amperagem mínima de 80Ah, selada, borne direito positivo. Visor indicador de carga acoplado. No mínimo 18 meses de garantia de fábrica. Medidas aproximadas: 26 cm de comprimento; 17 cm de profundidade; 22 cm de altura (até o borne). Tipo caixa alta. Marca Moura ou similar	240209	UNIDADE	02

1.1. Aquisição do objeto nos termos da tabela acima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PNEU	<ul style="list-style-type: none">• Possuir data de fabricação defasada, em no máximo, 6 meses da data de entrega;• No ato de entrega do produto, a Contratante poderá solicitar à Contratada, laudo de métodos de ensaio do lote de pneus, fornecido conforme Portaria nº 379 de 14 de setembro de 2021 do Inmetro.• Possuir valores iguais ou superiores para todos os parâmetros relacionados à qualidade, capacidade e durabilidade conforme descrito nas características técnicas.• Os valores devem estar estampados na parede lateral do produto, salvo se a Contratada apresentar documento do fabricante descrevendo as especificações.• Somente será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE e Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria nº 379 de 14 de setembro de 2021 do Inmetro.• Somente serão aceitos os pneus que possuam classificação A, B, C, D ou E, para os critérios de Resistência ao Rolamento e Aderência em Pista Molhada, nos termos da Portaria nº 379, de 14 de setembro de 2021, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.• Poderá ser solicitado ao licitante que indique sítio eletrônico comprovando se as características do produto ofertado estão de acordo com as especificações.
ÓLEO	<ul style="list-style-type: none">• Possuir valores iguais ou superiores para todos os parâmetros relacionados à qualidade conforme descrito nas características técnicas.• Os valores devem estar estampados no rótulo do produto, salvo se a Contratada apresentar documento do fabricante descrevendo as especificações.• Poderá ser solicitado ao licitante que indique sítio eletrônico comprovando se as características do produto ofertado estão de acordo com as especificações.
BATERIA	<ul style="list-style-type: none">• Possuir valores iguais ou superiores para todos os parâmetros relacionados à qualidade, capacidade e garantia conforme descrito nas características técnicas.• Os valores devem estar estampados no rótulo do produto, salvo se a Contratada apresentar documento do fabricante descrevendo as especificações.• Quanto à amperagem, o produto deve obedecer ao valor mínimo descrito na especificação, com tolerância de 10% para valores superiores.

1.2. Aquisição do objeto nos termos da tabela acima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº JFRJ-PGD-2023/00005 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, de 11 de maio de 2023.

1.4. Os pneus e baterias (itens 1 ao 11, 18 ao 23 e 28 ao 31) a serem adquiridos são classificados como material de consumo segundo a Portaria n. 448, de 13/09/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional (Min. Da Fazenda) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e, seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e os normativos do Poder Judiciário, serão objeto de logística reversa (item 4.1.3) para a adequada destinação dos resíduos.

1.5. O prazo de vigência do(s) contrato(s) será de 60 (sessenta) dias, a contar do 1º dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho, nos termos do art. 105 e art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 05424540000116-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2025

III) ID do item no PCA: 439

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Manual de Sustentabilidade do Conselho da Justiça Federal:

4.1.1. Para itens 1 ao 11, 28 ao 30 (pneus) é exigida a apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379, de 14/09/2021, conforme solicitado no item 1.1.

4.1.2. Só será admitida a oferta de baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.3. Logística reversa em orientação com o Art. 20, IV Res. CNJ 400/2021, com os itens 4.2 e 5.4 da Portaria CJF nº 96 de 10/02/2023 e em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos e pela Lei nº 12.305, de 02/08/2010, Art. 33, que institui que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletroeletrônicos e seus componentes são obrigados a estruturar sistemas de logística reversa, deverá ser exigida.

4.1.3.1. A Contratada deve providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus (itens 1 ao 11, 28 ao 30) e baterias (itens 18 ao 23 e 31) usadas. Não serão fornecidos pela Contratante, necessariamente, materiais de mesmo tipo e modelo entregue pela Contratada, porém de tamanho e modelos compatíveis com a aquisição.

4.1.3.2. A Contratada deverá apresentar todas as informações sobre os procedimentos adotados no descarte de pneus (itens 1 ao 11, 28 ao 30) e baterias (itens 18 ao 23 e 31) usadas, principalmente aquelas relativas à destinação e o Certificado de Reciclagem da empresa recicladora certificada onde ocorrerá a reciclagem.

4.1.3.3. A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

4.1.3.4. A Contratada ou a responsável pelo recolhimento dos pneus e baterias deverá realizar a logística reversa, de acordo com o dispositivo do Art. 33, inciso II e III, parágrafos 3º e 6º da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), efetuando a coleta e destinação do material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

4.1.3.5. A quantidade mínima de pneus e baterias usadas a ser recolhida pela empresa será de 4 (quatro) unidades por solicitação, exceto quando o fornecimento for em quantidade menor ou quando o encerramento do contrato for inferior a 30 dias do último recolhimento.

4.1.3.6. O intervalo entre as solicitações para recolhimento será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, exceto quando se tratar de período inferior a 30 (trinta) dias para o término do contrato.

4.1.3.7. A solicitação formal de retirada do material se dará, preferencialmente, via correspondência eletrônica (e-mail fornecido pela contratada para tal finalidade), durante a vigência do contrato e os bens deverão ser coletados no mesmo endereço de entrega das baterias e pneus novos, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação formal.

4.1.3.8. Os pneus e baterias usadas, que serão disponibilizados para devolução pela Contratante, não serão necessariamente do mesmo tipo e modelo entregue pela Contratada, porém serão de tamanho e modelos compatíveis com a aquisição, podendo ser exigida a retirada de até o limite da quantidade total fornecida pela Contratada.

4.1.3.9. Todo custo ou desconto referente à realização da logística reversa deverá estar incluído no valor

das propostas.

4.1.3.10. No decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição nos termos da legislação vigente.

4.1.3.11. O não atendimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a Contratada às multas previstas no item 11 - Sanções Administrativas do Termo de Referência e demais sanções estabelecidas em Lei.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias, contados do dia útil seguinte ao recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado/SEALM, situada na Rua Equador (Via Binário do Porto), 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, telefones (21)3218-6612 e (21)3218-6613, horário de entrega: 10 às 17h.

5.3. Os materiais, eventualmente entregues em desacordo com o especificado, deverão ser retirados, pela Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência quanto à rejeição do mesmo. Após este prazo a SJRJ providenciará o seu descarte, não cabendo reclamação por parte da Contratada.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. Itens 1 a 11, 28 e 29 do quadro demonstrativo: o prazo de garantia contratual dos bens, é de no mínimo, 12 (doze) meses ou 5000km (o que ocorrer primeiro), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. As garantias exigidas além das previstas no Código de Defesa do Consumidor, são aquelas oferecidas pelo fabricante do produto, conforme os requisitos mínimos descritos na especificação na cláusula 1.2.

5.6. Para os demais itens: O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar, a critério da Contratante, equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, por meio do endereço eletrônico material@jfrj.jus.br e tsctra@jfrj.jus.br.

6.4. A contratada se obriga a definir e manter atualizados endereço eletrônico e número de telefone para comunicação com a contratante.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados nos autos do processo administrativo de contratação.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, acompanhará o prazo de execução, e registrará a quantidade de dias de atraso no adimplemento da obrigação, quando for o caso.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. *O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, com 6 (seis) meses de antecedência, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.*

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, elaborará o checklist de pagamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, dentro de sua esfera de competência, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no processo administrativo de contratação, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de procedimento administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pela Subsecretaria Jurídico-Administrativa, conforme o caso.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. A Contratada deverá orientar seus colaboradores em relação às condutas que deverão ser observadas para assegurar a integridade nas relações público privadas ([Lei nº 12.846/2013](#), Lei Anticorrupção), bem como da obrigatoriedade de manutenção da confidencialidade de todas as informações com que venham a ter contato em virtude da atividade desenvolvida ([Lei nº 13.709/2018](#), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) Seção de Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

- 7.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo do objeto.

Forma de pagamento

- 7.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Exigências de habilitação

- 8.2. Não há exigências técnicas para fins de habilitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação, incluindo os custos unitários, encontra-se apostado na tabela anexa ao ETP, que integra este Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela dotação indicada no item “Dotação Orçamentária” constante do Edital.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Condutas passíveis de sanções, conforme Portaria n. JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

CLASSIFICAÇÃO	CONDUTA	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
I - Leve	Inadimplemento ou falha contratual que não impacte na continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega ou de logística reversa estabelecido no Termo de Referência. Atraso de 1 (um) a 5 (cinco) dias	1 (um) ponto
II - Média	Inadimplemento ou falha contratual que impacte na execução do contrato sem afetar a continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega ou de logística reversa estabelecido no Termo de Referência. Atraso de 6 (seis) a 15 (quinze) dias	3 (três) pontos
III - Grave	Inadimplemento ou falha contratual que impacte na execução do contrato, afete a continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega ou de logística reversa estabelecido no Termo de Referência. Atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias Entregar material em desacordo com a especificação técnica constante do Termo de Referência	5 (cinco) pontos

IV - Gravíssima	Inadimplemento ou falha contratual que impeça a execução regular do ajuste, desconfigure a finalidade ou impossibilite a continuidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega ou de logística reversa estabelecido no Termo de Referência.	10 (dez) pontos
		<p>Atraso acima de 30(trinta) dias 0</p> <p>Não efetuar a troca do material entregue em desconformidade com o Termo de Referência.</p>	

O acúmulo de pontos pelo Particular poderá ensejar as seguintes sanções, de acordo com o estipulado no contrato.

PONTUAÇÃO	SANÇÃO APLICAVEL
De 1 a 3	Advertência + opcional: Multa compensatória: de até 5% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 4 a 5	Multa compensatória: de até 10% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 6 a 9	Multa compensatória: de até 15% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 10 a 25	Multa compensatória: de até 20% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
Mais de 25	Multa compensatória: de até 30% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.

11.2. A inexistência de conduta expressamente definida e classificada no Termo de Referência não exime o Particular do cumprimento integral das obrigações assumidas.

11.3. A classificação da conduta que não conste expressamente no Termo de Referência incumbe à gestão e/ou fiscalização contratual, por ocasião do descumprimento de qualquer item constante do Edital, Termo de Referência ou Contrato.

11.4. No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado pela Administração, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada à base de juros compostos, observadas as seguintes condições:

11.4.1. A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas nesta Portaria.

11.4.2. O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratual.

11.4.3. Os casos de atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo contratado poderão importar, além da aplicação da multa moratória máxima fixada na alínea anterior, atribuição de pontuação equivalente a uma falta de leve a gravíssima, à proporção da importância da parcela concretamente inadimplida.

11.5. Poderão ser aplicadas as demais sanções previstas na Portaria Nº JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE VIEGAS BRAVO, Coordenador**, em 11/06/2026, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR COUTINHO IACCARINO, Diretor de Subsecretaria**, em 12/06/2026, às 19:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1835068** e o código CRC **3D6EB3B2**.